



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008056-51.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
 Requerente: **JORGE MARIO DOS SANTOS**
 Requerido: **CLARO S.A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter celebrado contrato de prestação de serviços com a ré, mas não efetuou o pagamento de prestações a seu cargo.

Alegou ainda que passado algum tempo a ré lhe fez por telefone proposta para a liquidação da dívida em aberto e para a rescisão do contrato, o que aceitou e implementou.

Salientou que depois recebeu faturas da ré cuja exigibilidade refuta.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES:**


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como o autor ostenta esse status em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não demonstrou satisfatoriamente a legitimidade dos débitos em apreço.

Limitou-se em contestação a asseverar que não houve falha na prestação dos serviços que lhe tocavam, além de não reconhecer a rescisão do contrato assinalada pelo autor.

Quanto ao pagamento pelo mesmo referido (fl. 07), esclareceu atinar somente a acerto de mensalidades que estavam em atraso.

Patenteada a divergência (o autor ressaltou que fez o pagamento de fl. 07 visando à rescisão do contrato e à satisfação dos débitos que contraíra, ao passo que a ré sustentou que o pagamento valeu para a quitação de mensalidades já vencidas sem que importasse a rescisão do contrato), foi a ré instada a fazer prova do que argumentou, sob pena de se entender que o pagamento de fl. 07 se prestou ao cancelamento do contrato, como relatado a fl. 01 (fl. 71).

Todavia, diante da singela manifestação de fls. 74/75, foi concedida nova oportunidade à ré *“para comprovar que as tratativas que precederam ao pagamento cristalizado a fl. 07 se deram nos termos do noticiado a fls. 74/75, reafirmada, em caso de silêncio, a advertência contida no despacho de fl. 71, item 1, segunda parte”* (fl. 76), mas a ré a fls. 78/80 não atendeu àquela determinação.

Diante desse panorama, reputo de rigor o acolhimento da pretensão deduzida, ausente lastro minimamente sólido que respaldasse o débito cobrado do autor ou que fizesse subsistir o contrato havido entre as partes.

A ré reunia plenas condições técnicas para fazer prova de sua explicação, bastando que coligisse as gravações dos contatos que culminaram com o pagamento de fl. 07 para evidenciar que ele se voltava apenas a prestações vencidas sem que a rescisão do contrato se tivesse estabelecido.

Como ela assim não agiu, e também não provou de outras maneiras o que afirmou, a postulação do autor merece vingar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato firmado entre as partes e a inexigibilidade dos débitos apontados a fl. 01 e de quaisquer outros decorrentes daquele contrato.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 29 de fevereiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**